

# O 'Novo' Ensino Médio: *embuste de uma reforma participativa em Goiás*

**The 'New' High School:**  
*A hoax of a participatory reform in Goiás*

**La 'Nueva' Escuela Secundaria:**  
*engaño de una reforma participativa en Goiás*

 **MIRIAM FÁBIA ALVES\***

Universidade Federal de Goiás, Goiânia- GO, Brasil.

 **VALDIRENE ALVES DE OLIVEIRA\*\***

Universidade Estadual de Goiás, Inhumas- GO, Brasil.

**RESUMO:** O artigo objetiva desvelar a materialização da reforma do ensino médio na rede estadual de Goiás iniciada em 2017, a partir de documentos como as diferentes versões das diretrizes curriculares do estado e as matérias publicadas no site oficial da Secretaria de Estado de Educação — Seduc, que indicam a atuação dos governos do estado e seus movimentos. Em Goiás, a reforma desencadeada pela Lei nº 13.415/2017 tem sido apresentada como um movimento participativo e que atende às demandas dos/das jovens estudantes, mas a análise documental desvela um processo centralizado e alinhado com a perspectiva do atual governo, em parceria com institutos privados e foco na formação técnica profissional. Concluímos o presente texto afirmando que a reforma do ensino médio de Goiás já nasceu pronta, sem a participação da qual afirma ter ocorrido.

*Palavras-chave:* Reforma. Ensino médio. Goiás. Diretrizes Curriculares. Participação.

---

\* Doutora em Educação e professora na Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Goiás. Coordena o Grupo de Estudos e pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude. *E-mail:* <miriamfabia@gmail.com>.

\*\* Doutora em Educação e professora na Unidade Universitária de Inhumas da Universidade Estadual de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma UNU. *E-mail:* <valdirene.oliveira@ueg.br>.

**ABSTRACT:** The article aims to reveal the materialization of the high school reform in the state network of Goiás, which began in 2017, based on the different versions of the state's curricular guidelines and the articles published on the official website of the State Education Secretariat – Seduc, which indicate the performance of state governments and their movements. In Goiás, the reform triggered by Law nº 13.415/2017 has been presented as a participatory movement that meets the demands of young students. However, the documentary analysis reveals a centralized process aligned with the perspective of the current government in partnership with private institutes with a focus on professional technical training. Finally, the present text states that Goiás' high school reform was born ready, without the participation which is claimed to have occurred.

*Keywords:* Reform. High school. Goiás. Curricular Guidelines. Participation.

**RESUMEN:** El artículo tiene como objetivo revelar la materialización de la reforma de la escuela secundaria en la red estatal de Goiás, que comenzó en 2017, con base en documentos como las diferentes versiones de las directrices curriculares del estado y los artículos publicados en el sitio web oficial de la Secretaría de Estado de la Educación — Seduc, que indican la actuación de los gobiernos estatales y sus movimientos. En Goiás, la reforma desencadenada por la Ley n. 13.415/2017 se presenta como un movimiento participativo que atiende las demandas de los jóvenes estudiantes, pero el análisis documental revela un proceso centralizado alineado con la perspectiva del gobierno actual, en alianza con institutos privados y foco en la formación técnica profesional. Concluimos el presente texto afirmando que la reforma de la escuela secundaria de Goiás nació lista, sin la participación de la que pretende haber ocurrido.

*Palabras clave:* Reforma. Escuela secundaria. Goiás. Diretrizes curriculares. Participación.

## Introdução

*Ninguém tira o trono do estudar  
Ninguém é o dono do que a vida dá  
E nem me colocando numa jaula  
Por que sala de aula essa jaula vai virar [...]   
Não venha agora fazer furo em meu futuro  
Me trancar num quarto escuro e fingir que me esqueceu  
Vocês vão ter que acostumar*

Dani Black (2010)

A música que inicia este artigo, *O trono do estudar*, de Dani Black, era entoada em 2015 nas ocupações das escolas de São Paulo por secundaristas e nos rememora um momento importante da mobilização estudantil e do debate sobre a escola para a juventude. Em tempos de implantação de reforma do ensino médio, a canção nos motiva a refletir sobre o 'furo' que está sendo feito na formação dos/das jovens e sobre a educação desenhada para a última etapa da educação básica.

A proposta formativa em curso no ensino médio – desencadeada legalmente pela Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2016), convertida na Lei nº 13.415/2017<sup>1</sup> (BRASIL, 2017) e alicerçada pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC para o ensino médio (BRASIL, 2018a), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE em 2018 – tem repercutido em alterações e adaptações nas propostas pedagógicas e curriculares das unidades federadas.

Como estratégia do Governo Federal, em busca de coesão entre os entes federados, sobretudo quanto ao escopo da proposta formativa delineada na BNCC para todas as etapas da educação básica, o Ministério da Educação – MEC instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – PROBNCC. Com tal programa, as secretarias de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal puderam contar com assistência financeira, formação oferecida pelo MEC e assistência técnica, que inclui pagamento de bolsas para professores/as participantes no processo de revisão, elaboração e implementação dos currículos.

Assim, desde a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, as redes estaduais de educação têm empreendido esforços para promover mudanças em seus currículos e delinear as suas propostas curriculares, respeitadas as prerrogativas gerais. Com a aprovação da BNCC do ensino médio, a dinâmica seguiu o mesmo curso e, no caso da última etapa da educação básica, o desafio mais imediato voltou-se para as especificidades dos projetos pedagógicos nas redes estaduais, em consonância com a proposta geral. Nesse processo se verbaliza que é desejável o registro das singularidades dos estados

brasileiros, inclusive para contemplar os itinerários formativos e os eixos *protagonismo juvenil* e *projeto de vida* nas propostas pedagógicas.

Na trajetória do alinhamento curricular nacional, é possível depreender que “a formulação de políticas não depende somente de processos associados às trajetórias institucionais específicas, mas possuem, igualmente, uma dinâmica própria” (MAINARDES, 2009, p. 9). Trata-se, portanto, de uma política educacional que representa o projeto societário e formativo para as juventudes, comprometido com os interesses do mercado, pois é oriundo do campo econômico, com quem mantém estreito diálogo operacional.

Historicamente, os projetos educativos para o ensino médio sintetizam as disputas por um projeto societário, e este se fundamenta na relação entre meios e fins da educação e o mundo do trabalho. A disputa por um currículo nacional legitimamente instituído teve início com as discussões sobre o Plano Nacional de Educação — PNE aprovado em 2014; desde então, as discussões avançaram e constituíram demandas num enredo emblemático da história política do país. A reforma do ensino médio sancionada em 2017 tem pilares que foram demarcados antes do envio da MP nº 746/2016 ao Congresso Nacional e sintetizam um jogo de concepções, estratégias e disputas entre agentes dos campos econômico, político e educacional, conforme explicita Valdirene Oliveira (2017).

Atualmente, o ensino médio conta com aproximadamente 7,5 milhões de jovens e adultos/as, conforme dados preliminares do Censo da Educação Básica de 2021 (BRASIL, 2021), distribuídos/as em ao menos três formatos de oferta, ou seja, turno parcial, tempo integral e Educação de Jovens e Adultos — EJA presencial, conforme as indicações abaixo:

**Tabela 1: Número de estudantes no ensino médio em 2021**

Ensino médio Parcial	Ensino médio Integral	EJA Presencial	Total
5.574.451	990.174	901.390	7.466.015

Fonte: BRASIL. Censo Escolar/Dados do Inep, 2021.

Essa composição ilustra que o público do ensino médio está majoritariamente no ensino médio parcial. A meta seis do PNE estabelece que pelo menos 25% dos/as alunos/as da educação básica sejam atendidos/as em escolas que ofereçam educação em tempo integral, e que essas vagas estejam disponíveis em pelo menos 50% das unidades escolares. Certamente essa tarefa constitui um desafio hercúleo, sobretudo em tempos de vigência de condicionantes legais<sup>2</sup> que dificultam o reconhecimento do investimento em educação como forma de contemplar o direito de todos os indivíduos à educação básica. Assim, além dos desafios orçamentário e estrutural que se explicitam à medida que o projeto educativo para o ensino médio avança para a fase de implementação, há que se atentar para

as concepções que fundamentam a proposta, a forma como são apresentadas à comunidade escolar e as condições sob as quais está sendo conduzida esta implementação.

Nesse sentido, o esforço deste texto é desvelar os movimentos em curso na rede estadual de Goiás para a materialização da reforma do ensino médio. O corpus documental que embasou a análise se compõe de documentos oficiais: as diferentes versões das diretrizes curriculares do estado e as matérias publicadas no site oficial da Secretaria de Estado de Educação — Seduc. Usando como descritor 'Novo Ensino Médio' — NEM, localizamos, a partir de 2017, um conjunto documental que indica a perspectiva dos governos do estado acerca da reforma e seus movimentos para tanto. Seguindo essas pistas, pudemos mapear as principais características que a reforma assume em Goiás.

O artigo se organiza em três seções: a primeira apresenta a ação da Seduc para materializar a reforma em Goiás; a segunda aborda os fios que enredam a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino médio; e, por fim, a terceira parte traz reflexões sobre o embuste da participação na reforma.

### **A reforma do ensino médio em Goiás: a Seduc em ação**

Em Goiás, o ciclo de implementação da reforma teve, até o momento, três marcos importantes: a derrota eleitoral do grupo político do governador Marconi Perillo (PSDB), que governou o estado por 16 anos; a eleição de Ronaldo Caiado (DEM); e a pandemia de Covid-19, que assolou o mundo em 2020-2021.

Acompanhando as pistas deixadas nas matérias oficiais, podemos constatar que, até o final de 2018, há pouca ênfase na reforma do ensino médio, o que demonstra que a gestão Marconi Perillo estava envolvida com outras preocupações, entre elas as eleições para o governo estadual. Com relação a 2017 e 2018, localizamos quatro matérias: uma de 13 de março de 2017, que aborda a visita do então ministro da Educação, Mendonça Filho, ao município de Rio Verde, destacando a fala da secretária de Educação, Raquel Teixeira, sobre a reforma do ensino médio como 'o maior legado' deixado pelo MEC; em agosto de 2018, outra matéria trata do *Dia D da BNCC* do ensino médio; e em novembro do mesmo ano, duas notícias tratam do encontro *Ensino médio: Experiências Exitosas e Inovações Pedagógicas*, promovido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás — Seduc<sup>3</sup> em parceria com o Conselho Estadual de Educação — CEE. Na programação, há destaque para a presença de 'especialistas do Brasil e da Argentina', além de convidados do Instituto Unibanco, do MEC e do Serviço Social do Comércio — SESC (GOIÁS, 2018).

A derrota eleitoral do grupo de Marconi Perillo levou Ronaldo Caiado ao poder executivo estadual. A família Caiado ocupou um papel de destaque na política goiana em todo o século XX, e a retomada do poder por esse grupo não representou uma ruptura com a política em curso. Luiz Fernandes Dourado e Romilson Martins Siqueira (2019, p.

269), ao analisarem o Plano de Governo de Ronaldo Caiado, afirmam o seu alinhamento com ‘um discurso’ que valoriza a meritocracia e a parceria público-privada, com a finalidade de atender às demandas imediatas do mercado. Em relação ao ensino médio, os autores constataam que “o discurso expresso na fala do candidato [...] e o enunciado no Plano de Governo reafirmam um tipo de educação dual voltado para aqueles que pretendem ingressar na universidade e outra para aqueles que optam pelo mundo do trabalho”. Analisando os primeiros duzentos dias do governo Caiado, destacam discursos e práticas para a educação básica, como uma ‘perspectiva cívica’ e um discurso ‘moralizante’, com a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional e de do Hino de Goiás nas escolas, um alinhamento entre Estado e igreja muito presente em várias ações do governo estadual e o destaque às escolas estaduais militarizadas. ‘Novas e velhas’ práticas de afirmação de parcerias com o setor público e privado; a relação entre educação e assistência, com protagonismo atribuído à primeira-dama do estado, que passa a cuidar de programas para os municípios considerados vulneráveis.

Em nosso estudo do plano de governo para o ensino médio, constatamos o apoio do governador à reforma de 2017, considerada como “a maior revolução no ensino do País. Nós daremos uma oportunidade aos jovens de se interessarem agora em fazer o ensino médio, podendo optar, sim, por um curso profissional e tendo a opção também, amanhã, de fazer a sua carreira profissional”. A opção para resolver os problemas do ensino médio seria, assim, tornar a escola “mais atrativa e de acordo com as necessidades dos jovens, sobretudo daqueles que precisam adquirir conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho logo após concluírem o ensino médio” (CAIADO, 2018, p. 26-7).

O primeiro ano do governo Caiado também indica os primeiros movimentos para a implementação da reforma do ensino médio. A Seduc informou ter realizado uma consulta à comunidade por meio de questionário eletrônico, com diferentes questões para cada público (comunidade, docentes, estudantes e pais/mães). No entanto, os questionários possuíam um bloco comum intitulado *Informações em relação ao Novo Ensino Médio*, com perguntas sobre o conhecimento dos/das respondentes em relação à BNCC, aos itinerários formativos, às mudanças previstas e ao que esperam do Novo Ensino Médio. Sobre as mudanças promovidas pela reforma, os formulários listavam:

possibilidade dos estudantes escolherem quais conhecimentos irão aprofundar no ensino médio; ampliação da carga horária mínima de, em média, 4 para 5 horas por dia; formação técnica como parte do Ensino médio de acordo com a escolha dos estudantes; ter uma Base Nacional Comum Curricular — BNCC, documento que aponta as aprendizagens obrigatórias que todo estudante brasileiro tem o direito de desenvolver (GOIÁS, 2019a).

Aos/Às estudantes, foram destinadas questões sobre o ensino médio atual, abordando os motivos que os/as levaram a cursar essa etapa; se o ensino médio atual ajuda a alcançar objetivos de vida; se ‘vê significado’ no que estuda no ensino médio; se a escola

ajuda a definir o que fazer no futuro; as formas pelas quais realiza aprendizagem; o objetivo do ensino médio; as iniciativas que gostaria de ter na escola atual; as formas de avaliação para aprender mais; e as atribuições do/da professor/a. Em relação ao Novo Ensino Médio — NEM, os/as estudantes são indagados/as sobre quando gostariam de escolher parte das disciplinas do NEM na área de interesse para aprofundamento, visando o ensino superior. A questão 25 do formulário enfatiza a escolha da Formação Técnica/ Profissional e, a partir das questões 30 a 34, o foco retorna a esse tema (GOIÁS, 2019a).

Acompanhando as matérias no site da Seduc, podemos observar que, para o ensino médio,

as propostas de parcerias implementadas pelo Estado preveem programas de TV (TV Brasil Central) e redes sociais (lives no YouTube, Facebook e Instagram, vídeos aulas) preparatórios para o Enem, bem como a implementação da Base Nacional Comum Curricular — BNCC. Em relação a este último aspecto, a Seduc promoveu o “Dia D da BNCC no Ensino médio”, com o intuito de construir um Documento Curricular para o Ensino médio do Estado. Pelo exposto, já se percebe uma contradição que referenda a ação. Há uma ideia padronizadora de ação que prevê a revisão e alteração de todos os Projetos Político-Pedagógicos no Estado e a confusão entre aquilo que deveria diferenciar uma BNCC de um currículo (DOURADO & SIQUEIRA, 2019, p. 279).

Essa realidade é demonstrada em várias matérias publicadas. A análise dos primeiros duzentos dias do governo Caiado sinaliza uma continuidade de políticas e programas vigentes,

sobretudo as parcerias entre o público e o privado, as escolas militares, as Organizações Sociais, a concepção de avaliação standardizada, entre outros. Esse cenário caminha para ratificar processos de desobrigação do Estado em relação às políticas e aos investimentos na Educação (DOURADO & SIQUEIRA, 2019, p. 281).

O ano de 2020 começou com o avanço da pandemia de Covid-19<sup>4</sup> e, em março, houve a suspensão das atividades presenciais nas escolas. A retomada completa aconteceu em agosto de 2021, ou seja, quase um ano e meio depois. A pandemia impôs um conjunto de outros desafios para a educação brasileira, acentuando ainda mais as desigualdades educacionais do país.

A falta de acesso aos recursos digitais e às habilidades necessárias para seu uso; a sobrecarga de trabalho docente, com a introdução desses recursos; o custo pessoal dos envolvidos para sua implementação; a falta de tempo ou de condições objetivas dos estudantes e suas famílias para o acompanhamento das atividades propostas; e o sofrimento causado pelo isolamento social e por todo o contexto de risco à saúde e à vida são alguns dos aspectos que complexificam em questionam as respostas que vem sendo dadas à questão (LIMA, 2020, p. 3).

Em Goiás, as atividades presenciais nas escolas foram suspensas em 16 de março de 2020, sendo que apenas em fevereiro de 2021 houve a tentativa de retomada presencial.

No entanto, as aulas presenciais foram novamente suspensas e só retomadas em agosto de 2021. Durante esse período, a rede estadual adotou o Regime Especial de Aulas Não Presenciais — REANP, normatizado pela Resolução 02/2020 do Conselho Estadual de Educação de Goiás. Esse regime ‘configura uma estratégia improvisada’, e os relatos de professores/as indicam que

mesmo sem formação específica para o uso de tecnologias da informação e comunicação, tiveram que buscar de forma improvisada novas estratégias didáticas, necessitando gravar vídeos, aprender a editar textos em vários formatos e planejar atividades para que os alunos pudessem realizá-las de forma mais autônoma (JESUS & SOUSA, 2020, p. 119).

A realidade foi agravada pelas condições dos/das estudantes, pois “grande parte dos alunos não tem computadores, a maioria utiliza o próprio celular ou dos seus responsáveis para acessar as atividades e também não tem acesso à internet e para esses a orientação das redes de ensino foi disponibilizar atividades impressas” (JESUS & SOUSA, 2020, p. 119). Em uma matéria no portal da Seduc, se destaca que esta

desenvolveu estratégias para atender as diferentes realidades dos estudantes e, desta forma, garantir a continuidade do ano letivo em meio à pandemia e às regras que evitam a aglomeração de pessoas. Além da implantação do regime de aulas não presenciais, são lecionados conteúdos via TV e rádio, a partir da parceria com a TBC e RBC. Já aos que não possuem acesso aos recursos tecnológicos, são distribuídas atividades impressas, utilizando o transporte escolar para levar o conteúdo aos estudantes (GOIÁS, 2020b).

O/A leitor/a deve estar se perguntando: por que tal discussão, se o debate não trata da reforma do ensino médio em Goiás? Justamente porque a implementação da reforma em Goiás coincidiu com esse período tão desafiador para a educação. E nós nos perguntamos: por que fazer uma reforma, se as emergências indicam outras demandas? Ao acompanhar o processo de implementação em 2020, a Seduc se movimenta conforme podemos constatar nas matérias publicadas na tabela 2.

**Tabela 2: Notícias sobre o currículo do ensino médio no portal da Seduc em 2020 e 2021**

Seduc cria grupo de estudos para implantar educação profissional integrada ao Ensino médio	10/01/2020
Ensino médio integrado à educação profissional terá Rede Itego e IFG como parceiros da Seduc	15/01/2020
20 mil contribuições são feitas para novo Documento Curricular do Ensino médio	11/02/2020
Documento Curricular para Goiás do Ensino médio terá audiência pública em janeiro	09/12/2020



Turmas do Novo Ensino Médio contarão com formação técnica integrada a partir de 2021	07/12/2020
Audiência pública para consulta do Documento Curricular para Goiás do Ensino médio será realizada nesta terça-feira (12/01)	11/01/2021
Alunos do Ensino médio em Goiás podem fazer cursos técnicos	12/01/2021
Documento Curricular do Ensino médio é apresentado em audiência pública do Conselho de Educação	13/01/2021
Cursos Técnicos integrados ao Ensino médio são ofertados em Goiás	29/01/2021
Curso Técnico Integrado em Informática do Novo Ensino Médio é implantado em Acreúna - Secretaria de Estado de Educação	08/02/2021
Documento curricular do Ensino médio para Goiás é apreciado em segunda audiência pública virtual	24/02/2021
Dia D do Novo Ensino Médio, Seduc discute implantação do Novo Ensino Médio nas escolas de Goiás	18/03/2021
Novo Ensino Médio com itinerário formativo técnico-profissional passará por ampliação a partir de 2022	18/08/2021
Documento Curricular de Goiás para o Ensino médio é apresentado em série de webinários formativos	13/09/2021
Conselho Estadual da Educação aprova documento curricular do Novo Ensino Médio	15/10/2021

**Fonte:** GOIÁS, 2020a; 2021.

Em março de 2020, durante a suspensão das aulas presenciais na rede estadual, a Seduc publicou uma matéria em seu portal informando que o NEM estava em implantação em 596 escolas estaduais de tempo parcial, “maior número entre as redes estaduais de ensino do Brasil” (GOIÁS, 2020a). A matéria explica que a Seduc elaborou, a partir da BNCC, uma matriz curricular para essas escolas, destacando que alunos/as do 1º ano do ensino médio terão 23 horas de aula dos componentes obrigatórios e sete horas de itinerários formativos, contemplando a disciplina projeto de vida, as eletivas e trilhas de aprofundamento. A segunda série “terá 15 horas de base e 15 horas flexíveis. Já a 3ª série terá 16 horas de base e 14 flexíveis”. Nessa proposta, cada escola “deverá oferecer no mínimo dois Itinerários Formativos”, conceituados pela Seduc como “trilhas de aprofundamento, com aulas na área de maior interesse do aluno” (GOIÁS, 2020a).

Entre 2020 e 2021, das quinze matérias sobre o currículo do NEM, sete apresentam no título o destaque para a formação técnica, já apontada pelo então candidato Ronaldo Caiado em seu plano de governo.

Uma das prioridades que eu assumo como compromisso é implantar a reforma do ensino médio em Goiás, reforma que ajude a aprovar no Senado Federal. Ademais, é preciso perseguir a qualidade do ensino por meio da ampliação do número

de escolas em tempo integral e aumentar o número de vagas em Ensino Técnico e Profissionalizante, que hoje é reduzido na rede estadual (CAIADO, 2018, p. 27).

A ênfase na formação profissional ganha uma tônica importante na reforma em Goiás. Em matéria do final de 2020, a Seduc apontou a oferta de 48 turmas com itinerário formativo técnico-profissional nos cursos de Administração, Informática e Química, anunciados como “a oportunidade de os estudantes garantirem a conclusão do Ensino médio aliada à certificação em um curso técnico profissionalizante, o que contribui para agilizar a inserção no mercado de trabalho” (SEDUC, 2020c). Enfatizando a formação técnica, em janeiro e fevereiro de 2021, novas matérias reforçam a oferta de cursos técnicos concomitantes com o Programa MédioTec<sup>5</sup> nas áreas de Logística, Agronegócios, Agroecologia e Manutenção e Suporte.

### **O fio de Ariadne: o novelo e o labirinto das Documento Curricular para Goiás – Etapa Ensino médio – DC-EMGO**

O Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás – CEE/GO aprovou, em 8 de outubro de 2021, o Documento Curricular para Goiás – Etapa ensino médio, mediante a Resolução CEE nº 7/2021<sup>6</sup>. Desse modo,

completa o processo de (re)elaboração do documento curricular goiano para a Educação Básica, à luz da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, atendendo às especificidades do nosso território. Os princípios que regem todos os volumes são os da educação integral dos/as estudantes, por meio de seu desenvolvimento global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica, do desenvolvimento do Projeto de Vida – PV que no Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, é estruturado via estímulo do protagonismo e da autoria (GOIÁS, 2021a, p. 34).

A elaboração do DC-GOEM, conforme a apresentação de todas as suas versões<sup>7</sup>, foi processual e diversificada quanto aos modos de captação de colaborações, tendo contado com a participação de todos os segmentos da comunidade educacional. É interessante, contudo, observar que, desde sua primeira versão, o documento já tinha premissas bem delineadas. Não houve mudanças no texto da apresentação, ele é literalmente o mesmo, ou seja, a carta de apresentação do DC-GOEM não registra a ideia de processo e elaboração coletiva, nem destaca as contribuições que deixaram marcas no movimento de construção da proposta. Essa tônica de ‘documento pronto’, que impacta o/a leitor/a atento/a já nas primeiras páginas, é ratificada por sua extensão, pois o documento apresenta 1.358 páginas em sua primeira versão e 1.397 na versão final (GOIÁS, 2021a).

A similitude entre as versões do DC-GOEM ultrapassa a apresentação e avança para a introdução. Assim como na apresentação, o segundo tópico do DC-GOEM narra todo o

processo de constituição do documento, pormenorizando, inclusive, as ações desenvolvidas entre 2018 e 2020. A redação do item, porém, não registra essa dinamicidade, pois resguarda um tom estático, ou seja, remete a uma ideia de que a proposta nasceu pronta na primeira versão. O tópico registra que a elaboração do DC-GOEM teve início no dia 9 de agosto de 2018, com a realização do *Dia D da BNCC do Ensino médio* em Goiás, que “contou com as contribuições de 10.029 docentes ativamente envolvidos no processo de estudo e na avaliação do documento preliminar da base” (GOIÁS, 2021a, p. 35).

Houve um intervalo de pouco mais de um ano entre o *Dia D* de 2018 e a realização do *Movimento de Imersão Curricular*, em 24 e 25 de setembro de 2019. Essa ação não foi uma especificidade do estado de Goiás, pois o Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — Undime elaboraram o *Documento Agenda de Aprendizagem*, definindo premissas para a agenda de trabalho de 2019 e 2020. No rol das atividades desenvolvidas com o apoio do Consed e da Undime, o *Movimento de Imersão Curricular* foi uma das ações que ocorreram em Goiás e outras unidades federadas, em interlocução com a Frente Currículo e Novo Ensino Médio<sup>8</sup>.

Em 31 de outubro de 2019, a Seduc promoveu o *Seminário Estadual BNCC e o Novo Documento Curricular do Ensino médio*. Esse evento, segundo o registro na página da Seduc e na apresentação do DC-EMGO, contou com a participação de representantes das quarenta Coordenações Regionais de Ensino — CRE e de instituições privadas participantes da elaboração do documento preliminar. No site consta igualmente uma síntese da proposta, da programação e da metodologia de realização do Seminário como “parte do Movimento de Imersão Curricular, que visa a participação e inclusão dos professores na elaboração do DC-GO para o Ensino médio” (GOIÁS, 2019d). No evento houve um momento coletivo com todos/as os/as participantes, seguido de uma atividade organizada por área de conhecimento e a realização de oficinas em que “os docentes tiveram de escrever, em grupo, os objetivos de aprendizagem e os objetivos de conhecimento (antigos conteúdos) considerados mais importantes por eles, de modo a cumprir as habilidades apontadas pela BNCC” (GOIÁS, 2019d). Em novembro, a Seduc divulgou o DC-EMGO para consulta pública, com prazo de dezoito dias para manifestação da comunidade. Novamente, a consulta teve o propósito de dar um tom participativo, mas o curto prazo proposto é suficiente para sabermos que a participação já estava comprometida.

No primeiro semestre de 2019, segundo as três versões do DC-EMGO, foram realizadas rodas de conversa com jovens do ensino médio e aplicado um *Questionário de Escuta* para estudantes das três séries, os/as matriculados/as nos anos finais do ensino médio e os/as professores/as. O objetivo da consulta era conhecer os interesses e expectativas dos/das participantes em relação ao Novo Ensino Médio.

Em que pese a insistência em reafirmar o caráter participativo na implementação da reforma do ensino médio, observamos um processo que mascara a consulta. No caso dos questionários, a matéria publicada em 20 de agosto afirma que “já estão disponíveis

para todas as unidades educacionais da rede pública estadual”, mas o final do texto informa que o “prazo final para encaminhar as respostas termina nesta quarta-feira, 21 de agosto” (GOIÁS, 2019a). Ou seja, o tempo para o preenchimento não possibilitava uma participação ampla. Ademais, eram requeridos conhecimento e acesso à internet para seu preenchimento, o que com certeza representa um dificultador para a comunidade, pais/mães e mesmo estudantes.

A consulta a estudantes foi retomada em matéria de nove de outubro de 2019, legitimando os rumos da reforma. Segundo a Seduc, os questionários foram dirigidos a 45 mil alunos/as da rede estadual, as respostas foram que os principais motivos para cursar o ensino médio eram o ingresso na educação superior e ter um bom emprego. Para responder a essa demanda, a Seduc afirmou que o NEM “prevê o desenvolvimento de um projeto de vida, para que o adolescente conheça suas próprias habilidades e faça um plano para sua trajetória acadêmica e profissional” (GOIÁS, 2019b). A possibilidade de escolher o que se quer estudar é destacada nessa matéria, que em vários momentos repete o refrão ‘a possibilidade de o/a aluno/a escolher algumas disciplinas’. Evidenciam-se o ‘interesse’ dos/as estudantes na formação técnica e profissional e o pouco interesse nas Ciências Humanas e Linguagens.

A gerente de Ensino médio lembra que a formação técnica e profissional do Novo Ensino Médio não contém carga horária suficiente para garantir um certificado de curso técnico. “O quinto itinerário sozinho não forma um curso técnico-profissional. São disciplinas voltadas para despertar no jovem o interesse para o mundo do trabalho ou para instrumentalizá-lo. É permitido também que o estudante faça a carga horária correspondente a esse quinto itinerário em instituições de curso técnico”, esclareceu Itatiara de Almeida (GOIÁS, 2019b).

O *Questionário de Escuta* apresentou 18 questões, divididas nas partes A e B. A primeira, com nove questões, voltou-se para informações sobre o município de origem do/a participante, atividades econômicas da região, idade, escolaridade e situação funcional. A segunda parte, destinada ao NEM, também com nove perguntas, começava com a seguinte questão: “Na sua opinião, o ensino médio em sua comunidade prepara os estudantes para os desafios da sociedade atual?”. As três opções de resposta eram: a) sim; b) não; c) não sei responder. A antepenúltima questão, com possibilidade de escolha de mais de uma opção, indagava:

16) O que você espera do Novo Ensino Médio? Assinale quantas alternativas for necessário.

- A- Preparar para o ENEM e vestibular;
- B- Desenvolver conhecimento em área do conhecimento;
- D- Preparar para o mercado de trabalho;
- E- Preparar para relações humanas e lidar com emoções;
- F- Preparar para o exercício da cidadania;
- G- Desenvolver habilidades artísticas e culturais;

H- Desenvolver atividades atléticas;  
Nenhuma das opções (GOIÁS, 2019, p. 4).<sup>9</sup>

As alternativas ofertadas ao/à respondente do formulário seguem, em larga medida, a perspectiva de um ensino médio esvaziado do sentido precípua da função social da escola, qual seja, ser lócus de trabalho com conhecimentos acumulados historicamente, como possibilidade de acesso ao conhecimento científico e aos seus fundamentos, na expectativa de compreender, intervir e transformar a realidade dada. Nesse sentido, Dermeval Saviani (2000, p. 39) esclarece:

Os objetivos indicam os alvos da ação. Constituem, como lembra o nome, a objetivação da valoração e dos valores. Poderíamos, pois dizer que se a valoração é o próprio esforço do homem em transformar o que é naquilo que de vê ser, os objetivos sintetizam o esforço do homem em transformar o que deve ser naquilo que é. E como a definição de objetivos educacionais depende das prioridades ditadas pela situação em que se desenvolve o processo educativo, compreende-se que tal definição pressupõe uma análise da situação em questão.

As demandas atuais da sociedade, preconizadas por mudanças no mundo do trabalho, avanços tecnológicos e comunicacionais, economia globalizada e a tônica do neoliberalismo – nova razão do mundo, conforme Pierre Dardot e Christian Laval (2016) – acarretam novas formas de sociabilidade e podem corroborar o estabelecimento de prioridades que, somadas à falta de compreensão da realidade, farão com que o processo educativo desenvolvido nas instituições formais de ensino não cumpra a sua função social.

A última questão do questionário indagava sobre as possíveis formas de parceria que os/as participantes poderiam estabelecer no bairro em que residiam, e assim colaborar com a proposta do Novo Ensino Médio. Num conjunto de onze opções, o/a participante podia escolher mais de uma alternativa:

18. De que forma você pode ser parceiro da escola na proposta do Novo Ensino Médio em seu bairro? (Assinale as alternativas que forem de seu interesse).

- A- Oferecendo curso Técnico ou Profissional;
- B- Ministrando oficinas ou palestras;
- C- Cedendo espaço para atividades pedagógicas;
- D- Incentivando o primeiro emprego;
- E- Cadastrando a empresa ou comércio no programa de oferta de estágio para estudantes;
- F- Participando de atividades pedagógicas da escola que envolvam a comunidade;
- G- Patrocinando ações esportivas da escola;
- H- Patrocinando ações culturais da escola;
- I- Participando do Conselho Escolar;
- J- Participando de ações de voluntariado na escola;
- L- Nenhuma das opções (GOIÁS, 2019, p.5).

A perspectiva de parceria, implícita no rol de alternativas para a questão apresentada, sugere um viés de voluntariado nos moldes do *Amigos da Escola*<sup>10</sup>. As possibilidades de parceria que as alternativas à questão indicam vão da oferta de oficinas e palestras ao patrocínio de ações educativas. Assim, é possível inferir que a desresponsabilização do Estado em relação à garantia das condições objetivas para a realização do trabalho pedagógico na escola é ocultada no arranjo possibilitado pela parceria com pessoas dispostas a realizar atividades formativas ou a custear ações formativas.

O fluxo do processo de elaboração do DC-GOEM, sintetizado na imagem abaixo, está presente nas três versões do documento. A ilustração indica que a proposta avançou após a realização do Seminário Estadual, e que, a partir daí, recebeu contribuições externas, ou seja, 'a leitura crítica dos especialistas' foi a última fase antes de o documento preliminar ser submetido à consulta pública.

**Figura 1: Fluxo do processo de elaboração do DC-GOEM**



Fonte: GOIÁS, 2021a, p. 38.

Seguindo o fio apontado no documento, bem como na imagem acima, constata-se que o Instituto Reúna<sup>11</sup> colaborou com a versão preliminar antes de esta ter sido encaminhada ao Conselho Estadual de Educação, ou seja:

O documento preliminar foi submetido, também, à leitura crítica e análise de especialistas do Instituto Reúna que contribuíram com observações consistentes, tanto na FGB, quanto nos IFs de área e de EPT. Após esse período, a equipe fez a revisão e incorporação das sugestões, apresentando a versão atualizada ao Conselho Estadual de Educação de Goiás (GOIÁS, 2021b, p. 37).

Na relação dos/das colaboradores/as constam 11 nomes de quatro origens institucionais distintas: um professor universitário vinculado a uma universidade pública e uma privada; três professoras da área de linguagens, sendo duas da Seduc e uma do Instituto Federal de Goiás; um professor da área de matemática da Seduc; e seis especialistas do Instituto Reúna.

O Instituto Reúna, apesar de existir há pouco tempo, é dirigido por uma ex-secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Stocco Smole, que esteve na função entre junho e dezembro de 2018, quando findaram o governo Temer e a gestão do ministro da educação Rossieli Soares. O período coincide com os momentos de discussão da BNCC do Ensino médio e de sua aprovação no CNE, em dezembro de 2018, quando Kátia Smole era uma das conselheiras da Câmara de Educação Básica. A diretora do Instituto Reúna tem experiência na elaboração de material de apoio para sistemas de ensino público e grupos de escolas privadas, pois também é uma das diretoras do Instituto Mathema desde sua fundação, em 1996. Além disso, atuou diretamente na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino médio. Além da parceria com cinco outros institutos nacionais, o Instituto Reúna é um dos 75 sócios do Imaginable Futures<sup>12</sup>. Na lista também figuram o Banco Mundial, a Fundação Getúlio Vargas, a Nova Escola e a Fundação Lemann, que são agentes com influência e ações sistemáticas na educação brasileira.

As informações apresentadas sobre o Instituto Reúna, sua direção e as correlações com outros agentes do campo econômico e educacional permitem inferir que há relações para além do suporte técnico à rede de ensino. Este desenrolar do novelo almeja contribuir com o desenrolar do fio da constituição do DC-GOEM, pois as fronteiras entre o público e o privado estão sendo redimensionadas, acarretando desdobramentos na elaboração das políticas educacionais.

Há muitos formatos e configurações de parcerias, conforme ilustram Stephen Ball e Antonio Olmedo (2013, p. 46):

Pessoas, dinheiro e ideias movem-se através dessas redes e organizações e através dos limites que elas abarcam. Linhas e demarcações tradicionais, o público e o privado, o mercado e o Estado estão sendo rompidas e misturadas em tudo isso, e elas deixaram de ser analiticamente úteis. Os pesquisadores precisam de uma nova linguagem e de novas técnicas para que sejam capazes de acompanhar as novas formas em que as políticas educacionais e as soluções educacionais estão sendo geradas e aplicadas dentro dessas redes de políticas globais.

O Instituto Reúna menciona em seu site que, juntamente com o Itaú Educação e Trabalho e o Instituto Iungo, possui um programa gratuito para formação de professores/as e gestores/as educacionais, com o intuito de subsidiar a implementação dos novos currículos de ensino médio. A matéria no site informa:

O programa possui conteúdo completo e inédito, elaborado a muitas mãos, com a participação de professores do Ensino médio, técnicos de secretarias de educação e especialistas, além da escuta aos profissionais das redes públicas de ensino de 26 Unidades da Federação (INSTITUTO REÚNA, s.d).

A informação de que o conteúdo foi produzido com a colaboração das redes públicas e é resultado de escuta, tecido a muitas mãos, recai numa possível discussão ética, ou seja: a autoria coletiva foi acordada entre todos os/as colaboradores/as docentes das redes de ensino? A sistematização, o armazenamento e a disponibilização desse material no site de propriedade do Reúna são moralmente éticos? Além disso, a informação retoma o alerta de Ball e Olmedo (2013) sobre as rupturas nas demarcações entre o público e o privado, em tempos de filantropia e redes políticas e globais em educação.

Em novembro de 2019 foi finalizada a primeira versão do DC-EMGO e aberta sua consulta pública, em sessão plenária no CEE/GO. O período para o envio de contribuições foi estabelecido até 29 de janeiro de 2020. Nesse processo,

tivemos 46.836 acessos à plataforma virtual e 49.912 contribuições da comunidade escolar, entre professores/as, gestores/as estudantes e demais profissionais da educação. A consulta ao documento permitiu aos/as participantes contribuírem tanto nos textos introdutórios quanto na FGB e nos IFs. Cada parte do documento apresentava questões que apontavam para a clareza e pertinência, e 96% consideraram pertinente, 3% parcialmente e 1% não pertinente (GOIÁS, 2021b, p. 37).

As contribuições foram encaminhadas a partir de questões previamente elaboradas, mas também havia a possibilidade de inserções de comentários. Contudo, é interessante notar que, segundo o DC-EMGO, houve quase unanimidade quanto à pertinência das questões, tanto na parte destinada à Formação Geral Básica — FGB quanto nos Itinerários Formativos — IFs.

As três versões do DC-EMGO registram o processo de elaboração da proposta até o momento em que o documento foi submetido à consulta pública. Há registro quantitativo das participações, com destaque para os consensos em relação aos dissensos. Seria essa a razão pela qual o documento apresenta um ar de documento pronto e acabado desde a sua primeira versão?



## Considerações finais

Quando observamos o conjunto das informações que vão desenhando a reforma do ensino médio em Goiás, nos preocupa a formação que será ofertada aos/às jovens. Parece-nos correto avaliar que o governo estadual não tem compromisso com os/as estudantes, para que alcancem as finalidades propostas por essa etapa da educação básica, como o previsto na LDB de 1996 – “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996) – e tampouco contempla o que se propõe para o ensino médio, que tem por finalidade:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Essas finalidades não se realizam no desenho curricular analisado, que esvazia de sentido a formação geral e não sustenta a formação profissional. O Observatório do Ensino médio, em conjunto com outras entidades, produziu uma cartilha (2021), disponível em seu site, na qual afirma que temos um Novo Ensino Médio que é NEM NEM: nem formação geral, nem formação profissional. Observando o destaque dado à língua portuguesa e matemática em várias matérias publicadas no site da Seduc, compreendemos que essa etapa foi reduzida ao aprendizado dessas disciplinas, que juntas passaram a abranger uma parte significativa do currículo.

Para os estudantes do Ensino médio diurno que cursarão na rede estadual a 2ª e 3ª série, em 2020 e 2021, a Seduc preparou uma matriz curricular de 28 horas-aula. No núcleo base comum serão quatro aulas de Português e cinco de Matemática na 2ª série e 5 aulas de cada uma destas disciplinas na 3ª série. Em 2019, a carga horária era de quatro horas de Língua Portuguesa e quatro de Matemática. Além desse aumento de quatro para cinco horas-aula, esses alunos terão, no núcleo de flexibilização, eletivas dirigidas em que terão mais uma aula de Português a ser escolhida entre “Tópicos de Língua Portuguesa” ou “Produção de Texto” e também mais uma aula de Matemática a ser escolhida entre “Tópicos de Matemática” e “Geometria” (GOIÁS, 2019c).

Em escala nacional, tal acompanhamento revela preocupação com o risco de termos uma reforma audaciosa no campo do discurso, mas falaciosa quanto às condições

objetivas de sua implementação e perversa quanto aos seus efeitos na vida escolar e pessoal de milhões de jovens e adultos/as, que serão partícipes desse capítulo da história do ensino médio brasileiro. Em relação aos/as docentes da Seduc – colaboradores/as que figuram na trama do novo DC-EMGO – os desdobramentos não são promissores.

Concluimos o presente texto afirmando que a reforma do ensino médio de Goiás já nasceu pronta. É uma espécie de clone da reforma nacional, assim como deve ocorrer nas demais unidades da federação. Por outro lado, é interessante pontuar que o canto da sereia da participação docente no percurso é poderoso e se configura como importante estratégia na disseminação da nova racionalidade neoliberal. Dardot e Laval (2016) salientam que a responsabilização do indivíduo, que deve alcançar o seu desempenho máximo, é a tônica das relações sociais sob a égide do neoliberalismo. A ênfase na participação, ofertada pelos/as reformadores/as, não inclui prerrogativas básicas de escuta respeitosa e perspectiva dialógica, ou ainda, certa autonomia relativa. Esse processo é feito de modo que o indivíduo aceite as condições impostas. O convite para a participação fica restrito ao âmbito da consulta pontual, com curto prazo e o ônus da chancela que coaduna com a proposta. Por outro lado, ao menor sinal de desalinhamento de docentes, partícipes de outrora, em relação aos interesses reformistas e governistas, estes/as são ameaçados com punições<sup>13</sup>.

Por fim, importa destacar que algumas iniciativas para adiar a implantação da reforma<sup>14</sup> nas redes estaduais deveriam ganhar adesão de todos/as os/as que não querem fazer *um furo no futuro* das juventudes brasileiras.

*Recebido em: 21/03/2022; Aprovado em: 25/04/2022.*

## Notas

- 1 A reforma do ensino médio está embasada no seguinte escopo legal: a Resolução CNE/CEB nº 3 de 21 de novembro de 2018, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs para o ensino médio; a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE mediante a Resolução CNE/CP nº 4 de 17 de dezembro de 2018 e complementada pela Portaria nº 1432, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos. Essa Portaria foi publicada novamente no Diário Oficial da União – DOU nº 66, no dia 05/04/2019, por conta de um erro no texto da publicação original, registrada no DOU nº 250, de 31/12/2018 (BRASIL, 2018b).
- 2 A Emenda Constitucional – EC nº 95, sancionada em 15 de dezembro de 2016, definiu um novo regime fiscal para despesas primárias como saúde, segurança e educação públicas por vinte anos, ao estabelecer que, nesse período, o repasse de recursos seria incrementado apenas com base na inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
- 3 Essa sigla foi utilizada em Goiás durante o período de 25 de janeiro de 2011 a 6 de fevereiro de 2019, quando foi retomada a nomenclatura anterior, que permanece vigente. As alterações estão relacionadas às mudanças promovidas na gestão do governo do estado e são regulamentadas por legislação estadual.

- 4 A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus respiratório Sars-CoV-2, assolou o mundo a partir de dezembro de 2019, e os primeiros casos registrados no Brasil, em fevereiro de 2020, foram compatíveis com o crescimento acelerado do número de infectados e mortos na Europa e nos EUA. No Brasil, a pandemia ceifou, segundo os dados oficiais, 614 mil vidas até novembro de 2021.
- 5 “O MédioTec é uma iniciativa do Programa Novos Caminhos (antigo Pronatec), do Governo Federal, em parceria com a Seduc. Lançado em 2017, o programa permite que estudantes de ensino médio da rede estadual curse o ensino profissionalizante no contraturno das aulas, de segunda a sexta-feira” (SEDUC, 2020d).
- 6 Este volume integra um conjunto de quatro publicações, sendo: Volume 1 – Educação Infantil; Volume 2 – Ensino Fundamental/Anos Iniciais; Volume 3 – Ensino Fundamental/Anos Finais; Volume 4 – Ensino médio.
- 7 Há três versões do documento, sendo duas apresentadas no ano de 2020 e a versão final em 2021.
- 8 A Frente Currículo e Novo Ensino Médio foi criada em 2019, como estratégia da Agenda da Aprendizagem. A Frente é coordenada por Rossieli Soares, ex-ministro da educação e secretário estadual de Educação do estado de São Paulo na gestão João Dória. A primeira reunião da Frente ocorreu em São Paulo, em junho de 2019. Disponível em: <<https://www.consed.org.br/gt-ensino-medio>>. Acesso em: 2 dez. 2021.
- 9 Não há a alternativa C como opção de resposta no Questionário de Escuta.
- 10 O Programa Amigos da Escola foi criado pela Rede Globo de Televisão em 1999, em parceria com o Programa Comunidade Solidária, criado na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e coordenado pela primeira-dama Ruth Cardoso. No Programa Amigos da Escola, pais/mães e a comunidade em geral eram convidados/as e incentivados/as a colaborar com as escolas prestando algum serviço voluntário. Em 2001, a Organização das Nações Unidas — ONU instituiu o Ano Internacional do Voluntariado. O Brasil foi reconhecido pela ONU como o país que mais se destacou no trabalho voluntário naquele ano. Ainda em 1998, o presidente FHC sancionou a Lei nº 9.608, sobre o serviço voluntário, no dia 18 de fevereiro. Desde a década de 1990 o movimento pró-voluntariado tem funcionado de modo sistemático no país.
- 11 O Instituto Reúna foi criado em sete de agosto de 2019, tem sede em São Paulo, no bairro Pinheiros, e possui seis parceiros: Fundação Lemann, Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Imaginable Futures e Iungo. Em seu site, o Instituto Reúna se define como “uma organização sem fins lucrativos que trabalha incansavelmente pela educação de qualidade e com equidade no Brasil. Nascemos para colaborar com a implementação da Base Nacional Comum Curricular — BNCC e, aqui, te contamos mais sobre o cenário educacional e como fortalecemos avanços no aprendizado de nossos estudantes”. Disponível em: <<https://www.instituto-reuna.org.br/instituto/manifesto#sobre-nos>>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- 12 O Imaginable Futures é uma das dez organizações do The Omidyar Group, que foi fundado por Pierre Omidyar e Pam Omidyar. Segundo a revista Forbes Brasil, Pierre Omidyar integra o trio de bilionários estrangeiros que compõem a X8 Investimentos (juntamente com Jeff Bezos e Bill Gates); é atualmente o grupo que mais investe em negócios de impacto no Brasil. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2021/06/bezos-gates-e-omidyar-os-bilionarios-que-investem-em-negocios-de-impacto-no-brasil/>>. Acesso em: 2 dez. 2021.
- 13 No dia 20 de novembro de 2021 foi realizado o primeiro dia de avaliação do Exame Nacional de Ensino médio em todo o país. O estado de Goiás foi um dos estados com menor número de estudantes participantes na avaliação, não apenas por ter tido um baixo número de inscritos, mas, em especial, pelo baixo comparecimento no primeiro dia de exame. Essa situação levou a secretária de Estado de Educação de Goiás, Fátima Gavioli, a ameaçar cortar o ‘bônus de meritocracia’ dos/as docentes do ensino médio no mês de dezembro.
- 14 Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3079/2021, que prorroga a implantação da reforma. No Rio de Janeiro, foi aprovado o PL 4.642, que a prorroga até 2024.

## Referências

BALL, Stephen J. & OLMEDO, Antonio. “Nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Porto Alegre: Liber Livros, 2013. p. 33-47.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. *Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino médio em Tempo Integral... Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm)>. Acesso em 26 fev. 2021.

BRASIL. *Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494/07, que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n. 4, de 17 de dezembro de 2018*. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino médio — BNCC-EM. Diário Oficial da União. Seção 1. Brasília, DF, 18 dez. 2018a, p. 120-122. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296)> Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. *Portaria n. 1.432, de 28 de dezembro de 2018*. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino médio. Brasília, 2018b. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496579/do1-2018-12-31-portaria-n-1-432-de-28-de-dezembro-de-2018-57496288](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496579/do1-2018-12-31-portaria-n-1-432-de-28-de-dezembro-de-2018-57496288)>. Acesso em: 30 nov.2021.

BRASIL. *Portaria n. 736, de 17 de setembro de 2021*. Divulga os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica do ano de 2021. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/09/2021&jornal=515&pagina=46>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CAIADO, Ronaldo. *Caiado: um plano de governo para mudar Goiás*. Proposta para o Diálogo. 2018. Disponível em: <<https://www.caiado25.com.br/uploads/arquivos/Plano%20Caiado%2025%20digital.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2021.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes & SIQUEIRA, Romilson Martins. Discursos, retóricas e proposições políticas para a educação no governo estadual de Goiás: mais do mesmo. In: ADRIÃO, Theresa; MARQUES, Luciana Rosa & AGUIAR, Márcia Angela da Silva (Orgs.). *Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham? v. 1*. Brasília: ANPAE, 2019. p. 263-283.

GOIÁS. *I Questionário de Escuta – Comunidade Local*. Goiânia: Seduc, 2019.

GOIÁS. Seduc envia questionário às escolas para conhecer expectativas sobre o Novo Ensino Médio em Goiás. Goiânia: Seduc, 2019a. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/seduc-envia-questionario-as-escolas-para-conhecer-expectativas-sobre-o-novo-ensino-medio-em-goias/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

GOIÁS. Questionário aplicado pela Seduc revela expectativas dos estudantes sobre Novo Ensino Médio. Goiânia: Seduc, 2019b. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/questionario-aplicado-pela-seduc-revela-expectativas-dos-estudantes-sobre-novo-ensino-medio/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

GOIÁS. Novas matrizes curriculares da rede estadual destacam o ensino de língua portuguesa e de matemática. Goiânia: Seduc, 2019c. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/novas-matrizes-curriculares-da-rede-estadual-destacam-o-ensino-de-lingua-portuguesa-e-de-matematica/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

GOIÁS. Seduc reúne professores em seminário para discutir BNCC do ensino médio. Goiânia: Seduc, 2019d. Disponível em <<https://site.educacao.go.gov.br/seduc-reune-professores-em-seminario-para-discutir-bncc-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

GOIÁS. Goiás implanta Novo Ensino Médio em 596 colégios estaduais. Goiânia: Seduc, 2020a. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/goias-implanta-novo-ensino-medio-em-596-colegios-estaduais/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

GOIÁS. Liderança de Goiás no Ideb é reflexo de reestruturação do ensino. Goiânia: Seduc, 2020b. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/lideranca-de-goias-no-ideb-e-reflexo-de-reestruturacao-do-ensino/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

GOIÁS. Turmas do Novo Ensino Médio contarão com formação técnica integrada a partir de 2021. Seduc, 2020c. Disponível em <<https://site.educacao.go.gov.br/noticias/628-turmas-do-novo-ensino-medio-contarao-com-formacao-tecnica-integrada-a-partir-de-2021>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

GOIÁS. *Documento Curricular para Goiás – Etapa Ensino médio (DC-GOEM)*. Goiânia: Seduc, 2021a.

GOIÁS. CEE/CP n. 07/2021, de 8 de outubro de 2021. Estabelece normas para oferta do Ensino médio no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás com vistas à implementação da Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e aprova o Documento Curricular para Goiás - Etapa Ensino médio. Goiânia: CEE, 2021b. Disponível em: <<https://cee.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/RESOLU%C3%87%C3%83O-CEE-CP-07-de-2021.pdf>>. Acesso em: 30 nov.2021.

GOIÁS. Raquel Teixeira destaca importância da reforma do ensino médio em visita de ministro a Rio Verde. Seduce, 2018. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/raquel-teixeira-destaca-importancia-da-reforma-do-ensino-medio-em-visita-de-ministro-a-rio-verde/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

INSTITUTO REÚNA. *Sobre nós*. S.d. Disponível em <<https://www.instituto-reuna.org.br/instituto/manifesto#sobre-nos>>. Acesso em 30 abr. 2022.

JESUS, Daria Aparecida & SOUSA, Sueli. Pereira de. A educação em tempos de pandemia: o direito à educação pública de qualidade e a igualdade de acesso no sistema de aulas remotas no estado de Goiás. In: ALVES, Miriam Fábria; SILVA, Frederiko Luz; REIS, Livia Cristina Ribeiro dos (Orgs.). *Educação em risco nos tempos de pandemia: diálogos sobre políticas e práticas*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020. p. 113-28.

LIMA, Licínio Carlos Viana da Silva *et al.* Confinar a experiência escola num ecrã? *Educação & Sociedade*, Campinas, v.41, e240846, p. 1-4. 2020.

MAINARDES, Jeferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan.-abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Valdirene Alves de. *As políticas para o ensino médio no período de 2003 a 2014: disputas, estratégias, concepções e projetos*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7623/5/Tese%20%20Valdirene%20Alves%20de%20Oliveira%20-%202017.pdf>>. Acesso em: 15 dez.2021.